



POLÍTICA
NACIONAL DE
MUSEUS

Memória e cidadania

Política Nacional de Museus

- Bases para a Política Nacional de Museus
- Programa de Formação e Capacitação em Museologia
- Cadastro de Instituições Museológicas

Maio de 2003

SUMÁRIO

Palavra do Ministro da Cultura05
Palavra do Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas06
Bases para a Política Nacional de Museus	
– Apresentação07
– Introdução08
– Objetivo Geral08
– A Construção da Rede de Parceiras09
– Princípios Orientadores09
– Eixos Programáticos10
Programa de Formação e Capacitação em Museologia	
Apresentação14
1. Introdução15
2. Considerações sobre o Ensino da Museologia no Brasil18
3. Princípios Norteadores20
4. Consulta Realizada: considerações e sugestões para a Política de Formação e Capacitação21
5. Propostas Específicas: objetivos e sugestões para operacionalização23
6. Fluxogramas28
7. Potencialidades e Retorno29
8. Considerações Finais30
Bibliografia31
Cadastro de Instituições Museológicas39

PALAVRA DO MINISTRO DA CULTURA

Uma política cultural deve ser vista como parte de um projeto de formação de uma nação democrática e plural. Por isso, ao se implementar uma política pública voltada para o setor cultural, não há como deixar de escutar as pessoas e os órgãos disseminadores da cultura e envolvê-los na formulação das políticas públicas necessárias.

Desta forma, quando propusemos implementar uma política cultural voltada ao setor museológico, a atuação do Ministério da Cultura não foi diferente e abrimos as portas para um diálogo rico e estimulante. A primeira ação foi conclamar a participação da comunidade museológica e interessados para ouvir a experiência de cada um, estreitando as relações e propiciando uma maior interação entre governo e sociedade.

No primeiro contato que o Ministério da Cultura travou com entidades e profissionais envolvidos com o setor museológico para se discutir as bases para uma política nacional voltada para os museus brasileiros, as discussões foram extremamente proveitosas, animadoras e apontaram para os museus e sua função social.

A contribuição de cada um foi a certeza da construção de um projeto criativo, multifacetado e consistente, na forma que o setor museológico requer, de maneira que os diferentes tipos de museus, em termos de tipologia, vinculação institucional e representatividade, pudessem ser abarcados.

A Política Nacional de Museus, portanto, tem em suas bases o reflexo de uma multiplicidade de vozes, uma vez que construída a várias mãos. Esse processo que agora se inicia referencia exatamente a diversidade e a complexidade cultural do País. É essa diversidade que fortalece o setor museológico, que busca nela a força criativa, necessária na estruturação da política cultural. Esses momentos demonstram que, sem dúvida, a esperança vem a cada dia vencendo o medo.

Gilberto Gil Moreira
Ministro da Cultura

PALAVRA DO SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO, MUSEUS E ARTES PLÁSTICAS

Um dos maiores compromissos do Ministério da Cultura ao longo dos próximos anos, sob o comando do Ministro Gilberto Gil, será a construção coletiva no Brasil de uma ampla e democrática rede de políticas culturais, articulada em torno de princípios participativos e transparentes. Esta rede deverá ser a base de um Sistema Nacional de Política Cultural, inovador na história da política cultural brasileira e herdeiro daquilo que tivemos de melhor nesse campo desde os tempos de Mário de Andrade, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e, mais recentemente, Aloísio Magalhães.

Trata-se de uma ação ousada do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois elevará significativamente o patamar desta política, estratégica para o desenvolvimento do Brasil, tanto em termos sociais, econômicos, políticos, ambientais, quanto de afirmação positiva da nacionalidade brasileira, fincada nos marcos profundos da enorme diversidade étnica e cultural do nosso povo.

A Política Nacional de Museus, cujas bases conceituais aqui apresentadas serão discutidas amplamente pelos diversos segmentos do setor museológico nacional, é parte desse grande projeto, que visa a englobar todos os caminhos e linguagens da cultura brasileira, sempre em diálogo permanente do Estado com a sociedade. Nesse sentido, tem sido profícua e generosa a participação dos diversos profissionais de museus, junto com a equipe do Ministério da Cultura, nesses primeiros passos em direção a novos horizontes.

Com a convicção de que uma nova paisagem cultural, digna da grandeza da nação brasileira, dependerá do esforço coletivo, é que conclamamos a todos a se juntar nesse movimento cívico em defesa do patrimônio cultural brasileiro.

Márcio Augusto Freitas de Meira
Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas

BASES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

APRESENTAÇÃO

Ao se propor a sistematização de uma política pública voltada para os museus brasileiros, a preocupação inicial do Ministério da Cultura foi estabelecer o debate necessário sobre a questão com os diversos segmentos culturais que tratam do assunto, buscando travar um diálogo com pessoas e entidades vinculadas à Museologia, meio universitário, profissionais da área e secretarias estaduais e municipais de cultura.

Desta forma, a primeira apresentação pública do texto com os eixos programáticos sobre as bases para a Política Nacional de Museus ocorreu durante os dias 24 a 27 de março de 2003, quando foram realizadas reuniões junto à comunidade museológica para discussão do tema. Posteriormente, seguindo a linha participativa que adotamos, o texto foi distribuído e disseminado por meio eletrônico a diversas pessoas e entidades vinculadas à Museologia para discussão, apreciação e sugestões.

A realização das reuniões e a distribuição do texto base teve como principais objetivos a divulgação das linhas programáticas da Política, o debate, e o esclarecimento de dúvidas, recolhimento de sugestões e evidenciar a importância da participação de todos na construção de uma política integrada no âmbito nacional.

As reuniões mencionadas envolveram aproximadamente cem pessoas, entre as quais destacamos responsáveis e profissionais de entidades museológicas de diferentes tutelas, representantes do meio acadêmico, profissionais de departamentos ligados ao patrimônio cultural de governos estaduais e prefeituras e órgãos do governo federal de vários ministérios que têm museus em sua estrutura ou que, de alguma forma, têm relação com o tema.

Os debates que as reuniões proporcionaram e as sugestões recebidas por meio eletrônico foram fundamentais para a consolidação dos eixos programáticos e finalização do texto base da Política. Ademais, constituíram-se como um primeiro passo para a implementação de um projeto articulado que pretende contribuir para a revitalização das unidades museológicas no Brasil. Vale ressaltar que foram recebidas contribuições inclusive de entidades e personalidades da comunidade museológica de outros países.

A implementação dos sete eixos programáticos da Política está prevista para acontecer em quatro anos. As primeiras ações a ser realizadas serão a criação do Cadastro Nacional de Museus, previsto no eixo 1, e do Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Museologia, previsto no eixo 3, lançados oficialmente junto com a Política Nacional de Museus.

O Cadastro Nacional de Museus visa à criação de uma base unificada com amplitude nacional, estabelecendo uma plataforma de informações e dados sobre os museus brasileiros. É o passo inicial para a implementação do Sistema Nacional de Museus, previsto na Política.

Da mesma forma, também será lançado o Selo Museus Brasileiros, que qualquer museu, independentemente se privado ou vinculado a qualquer esfera governamental, poderá utilizar, desde que cumpridos requisitos básicos em seus projetos institucionais, que demonstrem a atuação do museu.

O Programa Nacional de Capacitação em Museologia, por sua vez, prevê a criação de programa de capacitação e formação em Museologia para técnicos do setor, com a ampliação de oferta de cursos de graduação, pós-graduação, oficinas e cursos de aperfeiçoamento nas diversas áreas de atuação dos museus. O Programa foi elaborado por um grupo de trabalho, criado em uma das reuniões mencionadas acima.

No texto consolidado que se segue, procedeu-se a uma revisão do texto inicial, incorporando as principais contribuições recebidas ou explicitando alguns pontos que necessitavam de maior clarificação. Deste amplo processo de consulta à comunidade museológica, resultaram as bases da Política Nacional de Museus, agora editadas, que visam a fundamentar as ações a ser desenvolvidas em prol da revitalização dos museus brasileiros. O processo, até então, é apenas o início da implementação da Política, que ainda está em construção e pretende incorporar muitas outras contribuições.

INTRODUÇÃO

Numa sociedade complexa como a brasileira, rica em manifestações culturais diversificadas, o papel dos museus, no âmbito de políticas públicas de caráter mais amplo, é de fundamental importância para a valorização do patrimônio cultural como dispositivo estratégico de aprimoramento dos processos democráticos. A noção de patrimônio cultural, do ponto de vista museológico, implica a abertura para o trato com o tangível e o intangível, a dimensão cultural pressuposta na relação dos diferentes grupos sociais e étnicos com os diversos elementos da natureza, bem como o respeito às culturas indígenas e afrodescendentes.

Para cumprir esse papel, os museus devem ser processos e estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Comprometidos com a gestão democrática e participativa, eles devem ser também unidades de investigação e interpretação, de mapeamento, documentação e preservação cultural, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira.

Assim, no momento em que se renovam as perspectivas de construção de um novo projeto de nação mais inclusivo e com maiores estímulos à participação cidadã, torna-se premente a implantação de uma Política Nacional de Museus, que além de abrangente e integrada à política cultural, seja um estímulo ao desenvolvimento, à criatividade, à produção de saberes e fazeres e ao avanço técnico-científico do campo museológico. Essa política deve ter como premissa a democratização do acesso aos bens culturais produzidos, bem como a democratização dos dispositivos de estímulo e incentivo à dinâmica de produção de bens culturais representativos de diferentes grupos sociais e étnicos, de diferentes regiões e localidades existentes no País.

OBJETIVO GERAL

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do País.

A CONSTRUÇÃO DA REDE DE PARCEIRAS

A elaboração e a implementação da Política Nacional de Museus, a ser coordenada pelo Ministério da Cultura, deverá contar com a participação de órgãos do governo federal, estadual, municipal e do setor privado, ligados à cultura, à pesquisa e ao fomento, bem como entidades da sociedade civil organizada. A meta é a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a valorização, a preservação e o gerenciamento do nosso patrimônio cultural, de modo a torná-lo cada vez mais representativo da diversidade étnica e cultural do Brasil.

A Política Nacional de Museus deverá contar com os recursos previstos no Fundo Nacional da Cultura (FNC), com as leis de incentivo fiscal e com os orçamentos próprios dos órgãos e entidades envolvidos, além de valorizar a integração de instâncias governamentais e entidades da sociedade civil voltadas para o campo museal, constituindo uma rede de responsabilidades no tocante à preservação e ao gerenciamento de bens culturais.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas no campo do patrimônio cultural, da institucionalização da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do uso dos bens culturais nacionais, estaduais e municipais.
2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.
3. Desenvolvimento de processos educacionais para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro frente aos procedimentos políticos de homogeneização decorrentes da globalização.
4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, em conjunto com os profissionais, técnicos e gestores do patrimônio cultural, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser preservado.
5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.
6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.
7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades.

EIXOS PROGRAMÁTICOS

1. GESTÃO E CONFIGURAÇÃO DO CAMPO MUSEOLÓGICO

- 1.1. Implementação do Sistema Nacional de Museus e incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus e outras instituições de memória.
- 1.2. Criação do Cadastro Nacional de Museus, visando à produção de conhecimentos sobre a realidade museológica do País.
- 1.3. Criação e aperfeiçoamento de legislação que oriente a atuação dos museus no País, sobretudo no que diz respeito às políticas de aquisição e gerenciamento de acervos, ao uso do espaço público, ao uso e direito de imagem, à comercialização, gerenciamento e circulação de acervos e coleções de interesse público.
- 1.4. Integração de diferentes instâncias governamentais diretamente envolvidas com a gestão de patrimônios culturais submetidos à musealização.
- 1.5. Criação de pólos museais regionalizados e de equipes volantes com vários níveis de especificidade, de modo a desenvolver ações preventivas e a apontar soluções para problemas localizados.
- 1.6. Criação de medidas de cooperação técnica entre laboratórios de restauração e conservação de diversas tipologias de acervos.
- 1.7. Promoção à participação de comunidades indígenas e afrodescendentes no gerenciamento e promoção de seus patrimônios culturais.
- 1.8. Estabelecimento de planos de carreira, seguidos de concursos públicos específicos para atender aos diferentes níveis e instâncias governamentais e às diferentes especificidades das profissões museais.

2. DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO AOS BENS CULTURAIS

- 2.1. Apoio à criação de redes de informação entre os museus brasileiros e entre os profissionais desses museus, a fim de facilitar a pesquisa, o desenvolvimento profissional e democratizar o acesso ao conhecimento produzido.
- 2.2. Estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a começar pela própria agenda de temas e conteúdos expositivos.
- 2.3. Criação de mecanismos que favoreçam a documentação, organização, conservação, restauração, informatização e disponibilização dos acervos museológicos.
- 2.4. Criação de programas que visem a uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea, por meio de exposições, concursos, espetáculos, oficinas e outras ações de caráter educativo-cultural.
- 2.5. Apoio à realização de eventos multiinstitucionais e à circulação de exposições museológicas.
- 2.6. Apoio à publicação da produção intelectual e científica e à difusão da produção editorial específica dos museus e da Museologia.
- 2.7. Apoio às ações que tenham por objetivo a democratização do acesso aos museus e o desenvolvimento de políticas de comunicação com o público.
- 2.8. Criação de medidas de cooperação técnica e de socialização de experiências:
 - a. realizadas em programas de comunicação com públicos gerais e específicos (curadorias participativas, exposições, visitas orientadas, elaboração de materiais didáticos, desenvolvimento de serviços educativos, etc.);

- b. perpetradas nas áreas da gestão, da preservação e da documentação museográfica (inventários participativos, instalação e organização de reservas técnicas, gerenciamento e informatização de acervos, desenvolvimento de equipes e projetos, conservação preventiva, etc.);
- c. desenvolvidas na área da investigação e da editoração (teoria museológica, estudos de coleções, estudos de público, história e trajetória de museus, estudos de espaços museológicos, programas editoriais, etc.).

3. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

- 3.1. Criação e implementação de um programa de formação e capacitação de recursos humanos em museus e Museologia, com a ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*), além de cursos técnicos, cursos de extensão e oficinas nas diversas áreas de atuação dos museus.
- 3.2. Inclusão nos currículos escolares de ensino fundamental e médio de conteúdos e disciplinas que tratem do uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais.
- 3.3. Criação de políticas de formação em educação museal e patrimonial, reconhecendo que estas expressões configuram campos de atuação e não metodologias específicas.
- 3.4. Criação de pólos de capacitação e de equipes volantes, com condições de atuação nacional.
- 3.5. Desenvolvimento de programa de estágios em museus brasileiros e estrangeiros com reconhecida e comprovada capacidade e disponibilidade de atuação na área da formação profissional.
- 3.6. Apoio à realização de encontros, seminários, congressos e outros fóruns de discussão para divulgação da produção de conhecimento da área dos museus, da memória social, do patrimônio cultural e da Museologia.

4. INFORMATIZAÇÃO DE MUSEUS

- 4.1. Criação de políticas de apoio à informatização dos museus brasileiros.
- 4.2. Apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos.
- 4.3. Estímulo e apoio a projetos que visam a disponibilizar informações sobre acervos, pesquisas e programações dos museus em mídias eletrônicas.
- 4.4. Apoio aos projetos institucionais de transferência de tecnologias para outras instituições de memória.
- 4.5. Estímulos aos projetos de informatização e tecnologia digital desenvolvidos em parceria com instituições de ensino.

5. MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS MUSEOLÓGICAS

- 5.1. Apoio à realização de obras de manutenção, adaptação, saneamento, climatização, segurança, arranjos exteriores de lazer e de acessibilidade aos imóveis que abrigam acervos museológicos.
- 5.2. Apoio a projetos de modernização de exposições de longa duração e ao desenvolvimento de programas de exposições de curta duração e itinerantes.
- 5.3. Estímulo a projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias no campo da conservação, documentação e exposição.

5.4. Apoio aos projetos de modernização das instalações de reservas técnicas e de laboratório de restauração e conservação.

6. FINANCIAMENTO E FOMENTO PARA MUSEUS

- 6.1. Criação de um fundo de amparo ao patrimônio cultural e aos museus brasileiros.
- 6.2. Criação de programas de qualificação de museus junto ao CNPq, à CAPES e às Fundações de Amparo à Pesquisa e às instituições de ensino superior, levando em conta as especificidades da realidade museológica brasileira.
- 6.3. Criação de políticas de fomento e difusão da produção intelectual e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais.
- 6.4. Estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, de modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado.
- 6.5. Aperfeiçoamento da legislação de incentivo fiscal, visando à democratização e à distribuição mais harmônica dos recursos aplicados ao patrimônio cultural musealizado.

7. AQUISIÇÃO E GERENCIAMENTO DE ACERVOS CULTURAIS

- 7.1. Criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos nos níveis municipal, estadual e nacional e de acervos de comunidades indígenas, afrodescendentes e das diversas etnias constitutivas da sociedade brasileira.
- 7.2. Apoio ao estabelecimento de políticas democráticas de aquisição de acervos que levem em consideração a diversidade étnica, cultural e social do povo brasileiro, bem como a necessidade de preservar acervos representativos da vida social e cultural brasileira no século XX.
- 7.3. Estabelecimento de critérios de apoio e financiamento às ações de conservação e restauração de bens culturais.
- 7.4. Apoio às instâncias nacionais e internacionais de fiscalização e controle do tráfico ilícito de bens culturais.
- 7.5. Apoio às ações e aos dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção legal dos bens culturais claramente vinculados à história e à memória social de caráter local ou nacional.

BIBLIOGRAFIA

- BAHIA, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Curso de Museologia. *Parecer de Criação*. Mimeogr. 1969
- BAHIA, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Curso de Museologia. *Proposta para o Curso de Especialização*. s.d.
- BAHIA, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Curso de Museologia. *Proposta para Reforma do Curso de Graduação*. s.d.
- BAHIA, Universidade Federal da Bahia. *Subsídios para Montagem de Currículos Plenos*. Cursos de Graduação. Salvador: Superintendência Acadêmica, 1976.
- BRASIL, Conselho Federal de Educação. *Parecer nº 971/69, aprovado em 5 de dezembro de 1969*. Mimeogr.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria Geral. *Relatório do Grupo de Trabalho – Ação Educativa dos Museus*, 1969.
- BRASIL, Ministério da Cultura. *Bases para a Política Nacional de Museus*, 2003.
- BRASIL, Ministério da Cultura. *Discurso de Posse do Ministro Gilberto Gil*. 2003.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Considerações sobre o Profissional de Museu e sua Formação*. *Anais da II Semana de Museus da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1999.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Museologia: teoria e prática*. Cadernos de Museologia (16) Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 1999.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Fórum Permanente de Museus Universitários. Proposta: subsídios para estruturação da área da Museologia no âmbito do CNPq*. Goiânia: 1992.
- CHAGAS, Mário. *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.
- . *Novos Rumos da Museologia*. Cadernos de Museologia (2) Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 1994.
- CHAGAS, Mário. *A Formação Profissional do Museólogo: 7 imagens e 7 perigos*. In: *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996. p. 11-120.
- COFEM – Conselho Federal de Museologia – *A Imaginação Museal a Serviço da Cultura no Brasil: museus, memórias e identidades*. (Contribuições do Conselho Federal de Museologia para o Programa de Políticas Públicas de Cultura do Governo Lula) Salvador: novembro, 2002.
- DEMO, Pedro. *A Nova LDB: ranços e avanços*. Campinas, SP: Papyrus, 1997. – (Coleção Magistério; Formação e Trabalho Pedagógico).
- . *Educação e Qualidade*. Campinas, SP: Papyrus, 1996. – (Coleção Magistério; Formação e Trabalho Pedagógico).
- FÓRUM DE MUSEUS DE PERNAMBUCO. *Carta de Princípios*. Recife: nov. 2002.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 20.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Considerações sobre o profissional de museus e sua formação*. *Anais da II Semana de Museus da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1999.
- GOIÁS. Universidade Federal de Goiás – UFG. *Currículo do Curso de Especialização em Museologia*. 2002.
- KELLY, Albert Victor. *O currículo: teoria e prática*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.
- ICOM/ICTOP. *La Formación de Personal*. Cuadernos de Estudios – nº 10. 2002.
- PORTUGAL. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. ULHT. Departamento de Ciências do Patrimônio. *Currículo do Curso de Especialização em Museologia*. Lisboa, s.d.
- PERROT, Marie-Dominique. *Educação para o desenvolvimento e perspectiva intercultural*. In: *Educação, desenvolvimento e cultura: contradições teóricas e práticas*. Antonio Faundez (org.) São Paulo: Cortez, 1994.

- RIO GRANDE DO SUL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Currículo do Curso de Museologia e Patrimônio*. 2002
- RIO GRANDE DO SUL. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. *Proposta para o Currículo do Curso de Graduação em Museologia*. 2003
- RIO DE JANEIRO. Universidade do Rio de Janeiro – UniRio. *Histórico do Curso de Museologia*. 2003
- SANTA CATARINA. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. *Currículo do Curso de especialização em Museologia*. 2003.
- SANTA CATARINA. Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos Museológicos – NEMU. *Relatório de Atividades*. 2002
- SÃO PAULO. Universidade do Estado de São Paulo – USP. Museu de Arqueologia e Etnologia. *Currículo do Curso de Especialização em Museologia*. 2003
- SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. *Formação de Profissionais de Museus: desafios para o próximo milênio. Anais da II Semana de Museus da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1999.
- SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Caracterização do Profissional Museólogo*. Mimeogr. s.d.
- . *Formação de Pessoal para Museus, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – O Papel da Universidade*. Estudos de Museologia/Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
- . *A Preservação da Memória Enquanto Instrumento de Cidadania*. Cadernos de Sociomuseologia (3) Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 1994.
- . *Reflexões Museológicas: caminhos de vida*. Lisboa: Cadernos de Sociomuseologia (18) Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2002.
- . *A Formação do Museólogo e o seu Campo de Atuação*. Lisboa: Cadernos de Sociomuseologia (18) Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2002. p 159.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Gilberto Gil Moreira

Ministro de Estado da Cultura

Márcio Augusto Freitas de Meira

Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas

Maria Elisa Costa

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

José do Nascimento Júnior

Coordenador-Geral de Museus e Artes Plásticas/SPMAP/MinC

Contribuições recebidas e presentes nas reuniões para a discussão das bases
da Política Nacional de Museus:

PROFISSIONAIS

Abino Oliveira, Afonso de Melo Franco, Aguinaldo C. C. A. Coelho, Alexandre Diniz,
Ana Cristina Evres, Ana Gantois, Ana Gita de Oliveira, Ana Lúcia Duarte Lanna,
Ana Maria Leitão Vieira, Ana Silvia Bloise, Andréa Sabino Lopes, Anelise Pacheco,
Ângela Moliterno, Antônia Paula dos Santos, Átila Bezerra Tolentino,
Beatriz Góis Dantas, Carlos Alberto R. de Xavier, Carlos Magalhães, Cecília V. Ribeiro, Celina Albano,
Cícero Antônio Fonseca de Almeida, Clarete Magnhotto,
Cláudia Márcia Ferreira, Cláudia Penha dos Santos, Cláudio Nelson O. Barbosa,
Cristina Bruno, Denise Studart, Deolinda Conceição Taveira Moreira, Dorcas Weber,
Edina Laura Nogueira Gama, Edna Taveira, Eduardo Vélez, Eliane Fonseca,
Elisabeth Zolcsak, Elizabete Neves Pires, Elza Maria Vasques La Farina, Eneida Rocha,
Fernando Lins de Carvalho, Fernando Sendyk, Francisco do Vale Pereira,
Francisco Marshal, Genilton Ferreira dos Santos, Gina Machado, Graça Teixeira,
Gustavo Pereira Pinto, Heitor Reis, Helena Quadros, Helena Zucon, Hélia Maria de Paula Barreto,
Hélio de Queiroz B. Fernandes, Hélio Oliveira, Hugues de Varine, Inês Coutinho, Ione Carvalho Araújo,
Jane Batista, Jarbas Silva Marques, Joaquim Paiva, José C. Schertel,
José Carlos Levinho, José Frederico Júnior, José Neves Bitencourt, José Rui Mourão,
Joseânia Miranda, Judite Primo, Katia Resende,
Lauro Cavalcanti, Lídia Meireles, Lucia Hussak van Velthem, Luiz Antonio Ewbank,
Luiz Antônio Bolcato Custódio, Luz Francisco Belém Machado, Luzia Ventura,
Magaly Cabral, Maria Ignês Mantovani, Marcelo Oliveira, Marcelo Silva dos Santos,
Marco Antonio Lazarini, Marcus Granato,
Maria Célia T. M. Santos (Coordenadora do Eixo Programático de Formação e Capacitação),
Maria Cristina Freitas, Maria das Graças Ribeiro, Maria de Lourdes Horta,

Maria Elisa Leonel, Maria Esther Valente, Maria Lucineide Ribeiro, Mariana F. da Cunha, Marilene Cunha, Marilene Rubin, Marília Xavier Cury, Mario Chagas, Mario Moutinho, Mestra Verônica Meneses, Miriam Rodin, Mônica lafrati, Nayte Vitelo, Neuza Maria Andrade Couto, Nôris Leal, Odalice Miranda Priosti, Oscar Ortman, Paulo Herkenhoff, Paulo Sérgio G. Ferreira, Pedro Rubens Vargas, Regina Batista, Robério Dias, Rosa Lourenço Arraes, Rosana Nascimento, Rosângela M. de Brito, Rose Miranda, Rui Mourão, Sahara Cyrino, Sandro di Lima, Sérgio Abrahão, Sérgio Azevedo, Sílvia Medeiros, Sílvia Regina Rocha, Simone Flores Monteiro, Socorro Alves Secundo Góis, Sônia Santos Carvalho, Tânia Mara de Mendonça, Tatiana Mellins Costa Araújo, Telma Camargo da Silva, Telma Lasmar, Teresa Scheiner, Tereza Cruz, Terezinha Oliva, Turíbio Santos, Vagner dos Santos Barbosa, Valéria Lena, Vani Pereira, Vânia de Oliveira, Vânia Carvalho Rola Santos, Vera Alencar, Vera Siqueira, Vera Tostes, Vicente Roque Ventana, Walter Vieira Priosti, Zaira Medeiros

MUSEUS

Casa de Benim, Casa de Cultura Odilon Nunes, Centro Cultural Dragão do Mar, Cinemateca Brasileira, Ecomuseu de Ribeirão da Ilha, Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, MAE/USP, Memorial dos Governadores, Museu Abelardo Rodrigues, Museu Aeroespacial, Museu Afro-Brasileiro, Museu Antropológico Diretor Pestana, Museu Carlos Costa Pinto, Museu Casa de Rui Barbosa, Museu da Inconfidência, Museu da República, Museu da Vida/Fiocruz, Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, Museu de Arte de Belém, Museu de Arte de Goiânia, Museu de Arte Moderna da Bahia, Museu de Arte Sacra/UFBA, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Museu de Azulejos e Cerâmica, Museu de Biologia Mello Leitão, Museu de Folclore Edison Carneiro, Museu de Geociência/UnB, Museu do Homem do Nordeste, Museu do Índio, Museu do Instituto Biológico, Museu do Palácio da Aclamação, Museu Emílio Goeldi, Museu Eugênio Teixeira Leal, Museu Histórico e Diplomático, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial, Museu João Caetano, Museu Lasar Segall, Museu Nacional de Belas Artes, Museu Nacional, Museu Sacaca do Desenvolvimento, Museu Santa Casa da Misericórdia, Museu Universitário – Ecomuseu Ribeirão da Ilha /UFSC, Museu Universitário/UFSC, Museu Villa-Lobos, Museus Castro Maya, Museus do IPAC, Museus Navais, Paço Imperial, Sítio Roberto Burle Marx

ÓRGÃOS

Agência Goiana de Cultura, Associação Brasileira de Museologia, Associação de Museólogos da Bahia, Comando da Aeronáutica, Comando da Marinha, Comissão de Patrimônio Cultural/USP, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Conselho Federal de Museologia, Conselho Regional de Museologia/1ª Região, Conselho Regional de Museologia/2ª Região, Conselho Regional de Museologia/4ª Região, Conselho Regional de Museologia/5ª Região, Curso de Especialização da Universidade Estadual de Santa Catarina,

Curso de Especialização da Universidade Federal da Bahia,
Curso de Especialização da Universidade Federal de Goiás,
Curso de Especialização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Curso de Especialização em Museologia/USP, Curso de Museologia da UniRio,
Curso de Museologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Diretoria de Museus do Rio de Janeiro, Escola de Museologia/UniRio,
Fórum de Museus de Pernambuco, Fórum de Museus Universitários,
FUMBEC/MABE, Fundação Cultural do Tocantins, Fundação Joaquim Nabuco,
Fundação Vitae, Ministério da Educação, Ministério da Justiça,
Ministério das Comunicações, Ministério das Relações Exteriores,
Ministério do Meio Ambiente, Movimento da Nova Museologia – Portugal,
Núcleo de Estudos Museológicos, Secretaria de Cultura de Goiânia,
Secretaria de Cultura e Turismo/BA, Secretaria de Cultura/DF, Secretaria de Cultura/PA, Secretaria de
Cultura/SC, Secretaria de Cultura/SE, Secretaria Estadual de Cultura/RS, Secretaria Estadual de
Cultura/PR, Secretaria Municipal de Belo Horizonte,
Secretaria Municipal de Rondônia, Secretaria Municipal de Cultura/Porto Alegre,
Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, Sistema Estadual de Museus/PR,
Sistema Integrado de Museus/PA,
Sistema Integrado de Museus/Pará, Subsecretaria de Cultura/PB,
Superintendência de Museus de Minas Gerais,
Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Portugal,
6ª Superintendência Regional do Iphan/RJ, 13ª Superintendência Regional do Iphan/MG

Informações:

Ministério da Cultura

www.cultura.gov.br

(61) 316-2145

(61) 316-2144

Ministério
da Cultura

